



**11ª Jornada Científica e  
Tecnológica do IFSULDEMINAS**

**& 8º Simpósio de  
Pós-Graduação**

## **História da Educação do Negro no Patronato Agrícola Visconde de Mauá.**

**Yuri J. MATTOS<sup>1</sup>; Melissa S. BRESCHI<sup>2</sup>.**

### **RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo compreender a História da Educação do negro na Primeira República e sua efetivação no Patronato Agrícola Visconde de Mauá. O referido deu origem ao campus Inconfidentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais. No período republicano, com os negros em liberdade, observou-se no plano educativo propostas para a formação de mão de obra. O decreto 7.566 de 23 de setembro de 1909, cria nas capitais as Escolas de Aprendizes e Artífices e nove anos mais tarde a lei 12.893 de 28 de fevereiro de 1918 cria Patronatos Agrícolas em núcleos coloniais e fazendas modelos para educação de menores desvalidos, pelo país. Para a primeira etapa da pesquisa, propôs-se um levantamento bibliográfico que corroborasse para a compreensão da educação profissional entre o final do século XIX e início do século XX. Após a primeira etapa, foi feito um levantamento fotográfico nos arquivos do referido patronato hoje atual IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes, com o intuito de analisar evidências de estudantes negros.

**Palavras-chave:** Educação do negro, ensino agrícola, memória.

### **1. INTRODUÇÃO**

Ao percorrer a história da educação escolar no Brasil, percebe-se uma série de nuances que demonstram ao longo dos séculos, que os desafios foram e são muito em relação a implementação de uma política escolar para o país. Pesquisas no âmbito da história da educação do negro, tem surgido de maneira tímida, considerando que somente a partir da década de 1980, tem-se interesse em pesquisar a história de uma população que foi esquecida mesmo depois do fim da escravidão. No século XIX, a escolarização das camadas populares, se destaca no intento de formar mão de obra útil, para o progresso do país. A educação profissional passa a ser o caminho educativo que resta a essas camadas, na qual se encontra a população negra. Com a transição da mão de obra escrava, para a livre e assalariada, e a descentralização das economias do nordeste para o sudeste — da cana de açúcar para o café, as escolas manteriam a o mesmo viés educacional. A instrução profissional no Período Imperial do Brasil, tomou destaque nos debates educacionais. Diante esse cenário os liceus foram criados, numa tentativa de tirar das ruas esses menores “desassistidos” ou “pervertidas” e transformarem-nos em mão de obra útil.

Na virada do século XIX para o século XX, o Estado estava impelido a preparar a nova população para o trabalho, uma das formas educativas da população pobre e marginalizada nas cidades, se traduziu a partir do século XX nos Patronatos Agrícolas. Era preciso construir cidadãos

<sup>1</sup> Discente do IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes. E-mail: yuri-1703@hotmail.com.

<sup>2</sup> Orientador, IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes. E-mail: melissa.breschi@ifsuldeminas.edu.br.

afinados com os símbolos daqueles novos tempos (BOEIRA, 2012, p. 1). Os Patronatos criados a partir de 1918 cumpriam este papel, uma vez que sua proposta formativa era de, segundo Boeira (2012, p.5) “fator de resolução de problemas sociais existentes no Brasil”. A marginalização dos sujeitos, deixados no Patronato Agrícola se faz evidente em documentos de registros encontrados no arquivo da referida escola.

## **2. MATERIAL E MÉTODOS**

A pesquisa foi de caráter bibliográfico e documental, na primeira etapa foi realizado levantamento de referencial teórico sobre a temática e na segunda foi realizado levantamento documental do Arquivo Escolar do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia – Campus Inconfidentes buscando em fichas de matrículas, boletins escolares, relatórios anuais evidências de quem eram os meninos atendidos e como se dava a educação para eles.

## **3. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Para Felipe (et. al., 2007), a educação para os signatários do Manifesto Republicano, tinham convicção de que a escola levaria o Brasil rumo ao desenvolvimento economicamente se comparado com as nações europeias. Nesse interregno, observa-se que os negros em suas condições de ex-escravos, lutavam por espaços na sociedade, porém sua marginalização foi quase inevitável e seu lugar nas cidades foi relegado somente às periferias.

A escola pode ser um ambiente propício de constante luta pelo poder, é um local favorável às possibilidades de proporcionar transformações políticas, sociais e econômicas em um país. Os formuladores da instrução pública brasileira viam na escola uma instituição política capaz de finalizar o projeto de país que eles almejavam, que era um Brasil com desenvolvimento econômico igual aos países europeus. (FELIPE, et al, 2007, p.2)

Como resultados surgiram políticas públicas de escolarização para inibir o processo de marginalização, educando corpos e mentes para a nova ordem política. Ao retornar no campo da formação dessa população se observar a criação de centros educativos como os Patronatos Agrícolas como forma de educar corpos e mentes, evitando a marginalidade desses sujeitos “destinados a ministrar, além da instrução primária e cívica, noções práticas de agricultura, zootecnia e veterinária a menores desvalidos. (BRASIL, 1918). Observa-se nos documentos do acervo o processo de segregação e por vezes de desumanização do sujeito que era aluno no antigo Patronato Agrícola Visconde de Mauá. Há um procedimento nos documentos que identifica a metragem do nariz, dos olhos, a análise da arcada dentária e o tratamento desses sujeitos por uma numeração, fazendo com que se esquecesse de sua identidade, um processo de marginalização e por vezes até de criminalização da infância pobre e desvalida na Primeira República típico dessas

instituições criadas para a educação de corpos e mentes. Segundo Felipe (op.cit, 2007, p.10) “a escola pública em sua gênese não contemplou o negro brasileiro e o Estado não viabilizou a sua inclusão” na escolar regular sobrando para ele instituições como os Patronatos.

Segundo Nery (2009, p. 33) “os Patronatos destinavam-se a menores abandonados, ou com desajustamento social, respondendo assim a um duplo objetivo: o de capacitação profissional e o de regenerador social”, corroborando para a compreensão dessas instituições como locais para esconder, apartar a infância pobre das grandes cidades. Nos documentos encontrados boa parte desses sujeitos são negros, o que institucionaliza a marginalidade educativa e demonstra a necessidade de acordo com a época de se educar para o trabalho evitando a ociosidade da infância desvalida.

#### 4. CONCLUSÕES

Para entender o lugar histórico em que os menores ocupam na história da educação, não podemos somente levar em consideração as fontes históricas isoladas. Isso porque cada época pronuncia um discurso que revela seus ideais, neste caso, início do século XX. O estudo da menoridade, sobretudo do negro, não reconhece indivíduo menor autônomo, mas procura retirá-lo do *status* de marginal, muitas vezes imposto pela historiografia. Contudo, observa-se historicamente a construção desse status junto à população negra no Brasil das primeiras décadas do século XX, ambiente em que se situa este estudo.

O objetivo é investigar a História da Educação do Negro no Patronato Agrícola Visconde de Mauá, com recorte temporal a Primeira República e identificar como eram tratados os sujeitos encaminhados no Patronato Agrícola Visconde de Mauá, na cidade de Inconfidentes/MG, hoje situa o Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Sul de Minas Gerais. Ainda em andamento, esta pesquisa consegue fazer as primeiras aproximações entre a educação do negro e a educação para o trabalho como forma de se evitar a marginalidade.

#### REFERÊNCIAS

BOEIRA, Daniel A. Uma “solução” para a menoridade na Primeira República: o caso do Patronato Agrícola de Anitápolis/SC (1918 – 1930). **Blumenau em Cadernos**, v. 53, 2012 – pp. 53-76. Disponível em: <<https://www.academica.org/danielboeira/6.pdf>> Acesso em: 19 de fev. de 2019

BRASIL. Decreto no. 12.893, de 28 de fevereiro de 1918. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-12893-28-fevereiro-1918-507076-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 de setembro de 2019

FELIPE, Delton Aparecido; TERUYA, Teresa Kazuka. O Negro No Pensamento Educacional Brasileiro Durante a Primeira República (1889 – 1930). **HISTEDBR**, 2007. Disponível em:

<[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/jornada/jornada7/\\_GT2%20PDF/O%20NEGRO%20NO%20PENSAMENTO%20EDUCACIONAL%20BRASILEIRO%20DURANTE%20O%20PER%20CDODO%20DE.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada7/_GT2%20PDF/O%20NEGRO%20NO%20PENSAMENTO%20EDUCACIONAL%20BRASILEIRO%20DURANTE%20O%20PER%20CDODO%20DE.pdf)> Acesso em 02 de junho de 2019

NERY, Marco Arlindo A. Melo. Aprendizados e patronatos: um cotejo entre dois modelos de ensino agrícola das primeiras décadas do século XX (1911-1934). Revista Tempos e Espaços em Educação, v. 2, p. 25-32 jan./jun. 2009. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/viewFile/2201/1872> Acesso em: 12 de setembro de 2019

OLIVEIRA, Milton R. Pires de. EDUCAR E REGENERAR: OS PATRONATOS AGRÍCOLAS E A INFÂNCIA POBRE NA PRIMEIRA REPÚBLICA. CBHE, [http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/120\\_milton.pdf](http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/120_milton.pdf) Acesso em: 12 de setembro de 2019